

HABEAS CORPUS Nº 560.731 - SP (2020/0030538-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JOYCE CORREIA DE SOUZA
ADVOGADO : JOYCE CORREIA DE SOUZA - SP329357
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DIEGO RODRIGO ROCHA SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

DIEGO RODRIGO ROCHA SOUZA alega sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no HC n. 2256037-68.2019.8.26.0000.

Afirma a defesa que "a respeitável decisão que negou ao paciente o direito de recorrer em liberdade da r. sentença se encontra sem o mínimo de fundamentação e ausente justificativa para tanto, contrariando as recentes decisões dos tribunais" (fl. 5), pelo que requer, liminarmente e no mérito, a **liberdade provisória**, para que o paciente "possa aguardar seu julgamento em Liberdade, mediante aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão" (fl. 12).

Indeferida a liminar (fls. 499-500) e prestadas as informações (fls. 504-537), veio o parecer do Ministério Público Federal (fls. 541-544), que opinou pela denegação da ordem.

Decido.

I. Contextualização

O réu foi condenado, como incurso no art. 157, § 2º, II e V, e § 2º-A, I, c/c o art. 70, *caput*, ambos do Código Penal, à pena de 14 anos, 6 meses e 19 dias de reclusão, no regime inicial fechado, sem o direito de recorrer em liberdade.

A prisão preventiva foi, inicialmente, decretada em desfavor do réu, nos seguintes termos:

[...]

A respeito da segurança de aplicação da lei penal,

continua o Ilustre Processualista, justifica-se a prisão preventiva se o indiciado ou réu não é radicado no distrito da culpa, se está se desfazendo dos seus bens de raiz, injustificadamente, se 'lhe é indiferente a vida errante dos perseguidos pelos órgãos da repressão penal', em suma para se evitar o *periculum in mora*, assegurando-se, pois a aplicação da lei penal.

No caso presente, segundo a Douta Autoridade Policial, **há fortes indícios de que o réu teria praticado crime gravíssimo, que vem pondo em sobressalto a sociedade americanense, gerando grande clamor público.**

Além disso, **não é primário nem ostenta bons antecedentes.**

Assim sendo, sua custódia é necessária para a garantia da ordem pública.

A constrição cautelar do acusado foi mantida na sentença de maneira fundamentada. Confira-se (fls. 450-451, grifei):

O réu não poderá apelar em liberdade, porquanto a **gravidade do crime, e o *modus operandi* devem influenciar na concessão da liberdade para recorrer, e em se tratando de roubo armado, salvo prova excepcional em contrário, a regra é a prisão provisória do réu.**

Ademais, **o réu encontra-se preso por força de prisão preventiva**, e segundo a melhor doutrina, e jurisprudência majoritária, o dispositivo é inaplicável no caso de réu preso provisoriamente.

A Corte local denegou a ordem, nos termos do acórdão de fls. 488-495.

II. Idoneidade da manutenção da prisão preventiva na sentença

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se possa extrair o perigo que a liberdade plena do réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315

do CPP).

Dentro desse contexto, cumpre lembrar que a decisão foi proferida no corpo de uma sentença, na qual, especialmente em seu relatório e fundamentação, **é destacada a atuação violenta e perigosa do paciente**, o que lhe rendeu pena elevada pelo crime patrimonial. Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, constituem motivos idôneos a justificarem a custódia.

O Juiz sentenciante, conforme o art. 387, § 1º, do CPP, ao **concluir pela necessidade da decretação da custódia cautelar ante a periculosidade do paciente, evidenciada pela gravidade concreta do delito – *modus operandi* do delito – e pelas condições pessoais desfavoráveis do réu**, decidiu conforme a jurisprudência deste Tribunal Superior.

Com efeito, "Consoante precedentes de ambas as Turmas que integram a Terceira Seção do STJ, **tanto o *modus operandi* e as circunstâncias do delito** quanto a reiteração delitiva podem justificar idoneamente a custódia preventiva, por revelarem **especial periculosidade do agente**" (HC n. 357.747/TO, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 19/10/2017).

Ficou registrado, ainda, que **o réu ostenta maus antecedentes**, o que denota sua reiteração delitiva.

Concluo, portanto, **haver motivos suficientes para fundamentar a prisão preventiva do acusado**.

Ilustrativamente:

[...]

5. Nos termos da orientação desta Corte, **inquéritos policiais e processos penais em andamento, embora não possam exasperar a pena-base (Súmula 444/STJ), constituem indicativos de risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública**.

[...]

8. Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 389.080/MG, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 3/5/2017, grifei)

Dadas as apontadas circunstâncias do fato, não se mostra adequada e suficiente a substituição da prisão preventiva por medidas a ela alternativas (art. 282 c/c art. 319 do CPP).

Nesse sentido:

[...]

6. Mostra-se **indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade concreta do delito**, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública.

7. Ordem não conhecida.

(HC n. 424.606/PR, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 22/2/2018, destaquei)

III. Dispositivo

Por fim, ressalto que, sob o prisma do entendimento adotado por esta Corte Superior de Justiça acerca da necessidade de manutenção da custódia preventiva em casos como o dos autos, não há óbice a que se decida este habeas corpus de forma monocrática, haja vista ser expressamente autorizado – pelo inciso XX do art. 34 do Regimento Interno deste Superior Tribunal – que o Relator decida o habeas corpus, **monocraticamente**, quando a decisão impugnada se conformar com a jurisprudência dominante acerca do tema.

À vista do exposto, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

Relator